

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.587.993 - MG (2016/0051228-9)**

**RELATORA : MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES**  
**RECORRENTE : NATURE DERME PHARMACIA DE MANIPULAÇÃO LTDA**  
**ADVOGADO : ANDRE ALMEIDA VILLANI E OUTRO(S) - MG041369E**  
**RECORRIDO : ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**ADVOGADO : RICARDO ADRIANO MASSARA BRASILEIRO E OUTRO(S) - MG070797**

**DECISÃO**

Trata-se de Recurso Especial, interposto por NATURE DERME PHARMACIA DE MANIPULAÇÃO LTDA, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, assim ementado:

"APELAÇÃO CÍVEL. MANDADO DE SEGURANÇA PREVENTIVO. FARMÁCIA DE MANIPULAÇÃO. PROIBIÇÃO DE CAPTAÇÃO E INTERMEDIÇÃO DE RECEITA. VEDAÇÃO DE CENTRALIZAÇÃO DA MANIPULAÇÃO. §§ 1.º E 2.º, DO ART. 36 DA LEI Nº 5.991/73, COM A REDAÇÃO DADA PELA LEI Nº 11.951/09. CONSTITUCIONALIDADE DAS - RESTRIÇÕES. DIREITO LÍQUIDO E CERTO NÃO DEMONSTRADO. DENEGAÇÃO DA SEGURANÇA. RECURSO DESPROVIDO.

- Conquanto as restrições impostas pela Lei nº 11.951/09, a qual promoveu alterações na Lei nº 11.951/09, que trata do controle sanitário do comércio farmacêutico, caracterizem limitação à atividade realizada por farmácias e drogarias, e, por conseguinte, restrição à própria liberdade de comércio, a intervenção é absolutamente razoável e justificada, considerando-se os benefícios aos consumidores, especialmente o conhecimento prévio sobre em que estabelecimento, e consequentemente por qual profissional e em quais condições, será realizada a manipulação do fármaco que pretende adquirir.

- Já foi reconhecida pelo Órgão Especial deste Tribunal de Justiça, no julgamento do Incidente de Arguição de Inconstitucionalidade nº 1.0024.09.589729-4/004, em 26/10/2011, sob relatoria do Des. Paulo César Dias, a constitucionalidade dos §§ 1.º e 2.º, do art. 36 da Lei nº 5.991/73, com a redação dada pela Lei nº 11.951/09.

- Recurso desprovido" (fl. 554e).

O acórdão em questão foi objeto de Embargos de Declaração (fls. 563/571e), os quais restaram rejeitados (fls. 573/579e).

Nas razões do Recurso Especial, interposto com base no art. 105, III, a, da Constituição Federal, a parte ora recorrente aponta violação aos arts. 535, I e II, do

CPC/73, 8º da Lei 9.782/99 e 36 da Lei 5.991/73, sustentando, além de omissões no acórdão recorrido sobre os dispositivos legais que buscou prequestionar, que: a) "a ANVIDA extrapolou as atribuições que lhe são impostas por lei ao editar as RDC'S nºs 27 e 67" (fl. 586e) e b) inexistente "proibição de transferência de produtos acabados entre filiais da mesma empresa, além de não haver exigência expressa de instalação de laboratório em cada unidade das farmácias de manipulação" (fl. 593e).

Por fim, requer "seja conhecido e provido o (...) recurso especial para, preliminarmente, determinar o retorno dos autos ao E. TJMG, para que nova decisão seja proferida, com o exame exposto da questão relativa à exorbitância, pelo Poder Executivo, das diretrizes e premissas traçadas pelo Poder Legislativo no âmbito da Lei nº 5.991/73" (fl. 600e).

Contrarrazões a fls. 655/660e.

O Recurso Especial foi admitido pelo Tribunal de origem (fls. 677/679e).

A irresignação não merece prosperar.

Inicialmente, cumpre destacar que, nos termos do Enunciado Administrativo nº 2/2016, do STJ, aprovado na sessão plenária de 09/03/2016: "Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas, até então, pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça".

Em relação ao art. 535 do CPC/73, deve-se ressaltar que o acórdão recorrido, julgado sob a égide do anterior Código de Processo Civil, não incorreu em omissão, uma vez que o voto condutor do julgado apreciou, fundamentadamente, todas as questões necessárias à solução da controvérsia, dando-lhes, contudo, solução jurídica diversa da pretendida pela parte recorrente.

Vale destacar, ainda, que não se pode confundir decisão contrária ao interesse da parte com ausência de fundamentação ou negativa de prestação jurisdicional. Nesse sentido: STJ, REsp 1.129.367/PR, Rel. Ministra DIVA MALERBI (Desembargadora Federal Convocada/TRF 3ª Região), SEGUNDA TURMA, DJe de 17/06/2016; REsp 1.078.082/SP, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, DJe de 02/06/2016; AgRg no REsp 1.579.573/RN, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, DJe de 09/05/2016; REsp 1.583.522/SP, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, DJe de 22/04/2016.

No mérito, verifica-se que o acórdão recorrido analisou a controvérsia sob o enfoque constitucional, não competindo ao STJ apreciar, por meio de recurso especial, a matéria de cunho eminentemente constitucional, o que cabe apenas ao STF. Nesse sentido:

"ADMINISTRATIVO. PROCESSUAL CIVIL. MANDADO DE

SEGURANÇA. SERVIDOR PÚBLICO. ACUMULAÇÃO DE CARGOS. ALEGADA VIOLAÇÃO DO ART. 535, II, DO CPC. NÃO OCORRÊNCIA. DEBATE SOBRE O MOMENTO DA CONVERSÃO DE APOSENTADORIA PROPORCIONAL EM INTEGRAL. DECISÃO A QUO ASSENTADA EM MATÉRIA FÁTICA. SÚMULA 7 DO STJ. POSSIBILIDADE DE CUMULAÇÃO DE PROVENTOS DE PENSÃO. QUESTÃO DECIDIDA COM FUNDAMENTAÇÃO CONSTITUCIONAL. IMPOSSIBILIDADE DE EXAME PELO STJ.

1. Não houve violação do art. 535, II, do Código de Processo Civil, pois a prestação jurisdicional foi dada na medida da pretensão deduzida, como se depreende da leitura do acórdão recorrido, integrado pelos embargos de declaração, que enfrentou os pontos abordados no recurso de apelação.

2. A alegação de que o Tribunal julgou a controvérsia com base em premissas fáticas equivocadas, uma vez que a conversão da pensão proporcional em integral teria ocorrido somente às vésperas do falecimento da servidora, não pode ser examinada no âmbito desta Corte, porquanto tais questões foram decididas a partir do contexto fático dos autos, e sua revisão incide no óbice da Súmula 7/STJ.

3. A apontada violação dos arts. 118 e 190 da Lei n. 8.112/90 não pode ser objeto de exame do recurso especial, porquanto a decisão da Corte de origem, neste ponto, foi pautada em fundamentação constitucional, o que impede o conhecimento do apelo especial, pela impossibilidade de exame de matéria de competência do Pretório Excelso. Agravo regimental improvido" (STJ, AgRg no AREsp 278.540/ES, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, DJe de 15/04/2013).

Ante o exposto, com fundamento no art. 255, § 4º, I e II, do RISTJ, **conheço parcialmente** do Recurso Especial e, nessa parte, **nego-lhe provimento**.

I.

Brasília (DF), 08 de fevereiro de 2019.

MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES  
Relatora